



Relatório
**Conjuntura
Industrial**

UNIDADE DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO – ABDI
Número Especial / Brasília, fevereiro de 2025





Relatório Conjuntura Industrial

Ano 1, edição especial

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI

Presidente da ABDI

Ricardo Garcia Cappelli

Diretoria de Economia Sustentável e Industrialização

Maria Perpétua de Almeida

Diretoria de Desenvolvimento Produtivo e Tecnológico

Carlos Geraldo Santana de Oliveira

Gerência de Unidade de Monitoramento e Avaliação

Camilo Sobreira de Santana

Equipe Técnica

Carlos Flores Araújo, Carlos Henrique Silva, Edson F. Lopes,
Raphael L. Ribeiro e Ricardo L. C. Amorim

Este é um documento de circulação restrita. Sua reprodução ou divulgação são proibidas e sujeitas às sanções legais.

Sumário

Resumo Executivo	4
1.Introdução geral	6
2. A produção industrial	6
2.1. O setor de bens de capital	7
2.2. O setor de bens de consumo duráveis	9
2.3. Os movimentos de curto prazo da indústria	11
3. O crédito	14
4. O comportamento do dispêndio	16
4.1. O consumo	16
4.2. Os investimentos	16
5. O comércio exterior	18
6. Comentários finais	19



Visão geral da Conjuntura Industrial

Os indicadores de 2024 para a indústria de transformação brasileira permitem desenhar um cenário de otimismo contido nas projeções para 2025 e 2026. A maioria dos números apresentou variação positiva acumulada ao longo dos 12 meses do ano, com destaque para a indústria de bens de capital, especialmente 'Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral' e 'Fabricação de caminhões e ônibus'. O setor de bens de consumo duráveis também mostrou ótimo desempenho, alcançando crescimento de 10,6% da produção em 2024.

Os dois setores, ao constituírem cadeias produtivas modernas, longas e com alto valor adicionado, se destacam por gerarem maior renda, criarem os melhores empregos e sustentarem uma série de empresas à montante, estimuladas à modernização devido ao crescimento da demanda setorial.

Além disso, o crescimento na produção de bens de capital confirma que os investimentos também se elevaram no país com consequências positivas sobre o emprego e a renda nos **próximos anos**. Para tanto, a elevação do crédito como porcentagem do PIB foi fundamental. Observa-se, ainda em 2023, mas com aceleração em 2024, que os créditos desembolsados a partir de recursos livres e direcionados cresceram, viabilizando aquisições de pessoas jurídicas e físicas que justificaram, com as compras, o aumento da produção. É interessante salientar a importância do crédito com recursos direcionados, geralmente gerido por instituições públicas de financiamento, que viabilizaram os negócios de pessoas jurídicas, marcadamente através do BNDES.

Diante disso, como esperado, índices como o Indicador Ipea de Formação Bruta de Capital Fixo parece projetar crescimento para este ano (2025), mesmo comportando desaceleração do crescimento. Ou seja, de acordo com os números realizados da economia brasileira, o cenário é positivo, embora sujeito a mudanças bruscas em função dos acontecimentos recentes.

De outro modo, como foi observado neste relatório, o final do ano trouxe preocupações que exigem atenção da indústria de transformação nacional e das autoridades econômicas do país. A aceleração dos preços dos alimentos e sua repercussão sobre a inflação é um dos temas em destaque, pois de acordo com a leitura econômica do Banco Central, isso implicará manutenção da taxa básica de juros em níveis elevados, como os atuais 13,25% ao ano, ou mesmo elevação da SELIC. Trata-se de um preço básico em patamar muito alto, capaz de desviar recursos do investimento para a especulação financeira.

¹ O controle dos preços, no Brasil, segue o modelo inspirado nas ideias do novo consenso econômico, uma escola conservadora, derivada da superação do pensamento novo-keynesiano que dominou a macroeconomia mundial nos anos 1990. Segundo a escola, a política monetária deve comandar a gestão econômica a fim de garantir a estabilidade de preços e a não interferência em outros parâmetros, deixando ao mercado as decisões. A política fiscal teria apenas a função de controlar o tamanho da dívida pública. Para detalhes, ver Arantes F, e Lopreato F. O NOVO CONSENSO EM MACROECONOMIA NO BRASIL: A POLÍTICA FISCAL DO PLANO REAL AO SEGUNDO GOVERNO LULA. Rev Econ. Contemporânea [Internet]. 2017;21(3). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055272131>; Teixeira, A. M., & Missio, F. J. (2011). O "NOVO" CONSENSO MACROECONÔMICO E ALGUNS INSIGHTS DA CRÍTICA HETERODOXA. Economia E Sociedade, 20(2), 273–297. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182011000200003>; Resende, André L. CONSENSO E CONTRASSENSO: POR UMA ECONOMIA NÃO DOGMÁTICA. 1ª ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2020.

Outro tema é a margem de manobra fiscal do Governo Federal, estreitada em função dos critérios adotados com o Novo Arcabouço Fiscal e a promessa de equilíbrio orçamentário realizadas pelo Ministro da Fazenda. A situação dificulta ao governo adotar política fiscal expansionista, voltada ao crescimento econômico e ao desenvolvimento tecnológico nacional, exatamente quando a produção parece desacelerar, marcadamente na indústria.

Por fim, mas exigindo o mesmo nível de atenção, está a postura do atual presidente dos Estados Unidos, capaz de alterar a geopolítica e geoeconomia no médio prazo. Sem clareza e horizonte de planejamento para os movimentos internacionais, as indústrias brasileiras provavelmente adotarão posturas defensivas, adiando ou reduzindo decisões de compras e investimentos.

O que se observa, portanto, é um cenário industrial positivo, capaz de gerar prognósticos de continuação de crescimento, que enfrenta um contraponto grave: o quadro arriscado gerado pelas perspectivas de curto prazo e incerteza de médio e longo prazo, principalmente no setor externo.

Apesar dessas preocupações, alguns indicadores ainda não se deterioraram como por exemplo a taxa de desemprego, que continua nos menores níveis da série. Ao mesmo tempo, a massa salarial e o consumo aparente de óleo diesel (movimenta a frota logística), até dezembro de 2024, não mostraram arrefecimento. Além disso, está estabilizado o consumo de cimento e os indicadores do IPEA não indicam arrefecimento da atividade econômica, principalmente os que tratam de consumo de bens industriais, máquinas e equipamentos e formação bruta de capital fixo.

Diante do exposto, ao se observar uma mudança positiva de direção da produção industrial a partir das políticas econômicas do governo Lula da Silva, é preciso não enfraquecer as iniciativas que iniciaram a recuperação da economia do país, além de insistir sobre elas, perseverando nos caminhos que podem conduzir à reindustrialização do país.

A indústria brasileira recente: Avaliação e perspectivas

1. Introdução geral

Há anos a indústria brasileira sofre com desempenhos medíocres e fragilidade frente a competição internacional. Recentemente, porém, desenhou-se perceptível mudança de tendência e, especialmente a indústria de transformação, voltou a crescer, por dois anos consecutivos, sobre base comparativa que já havia superado a crise causada pela COVID-19.

Esses resultados devem ser observados com moderado otimismo, pois ainda se trata de um processo de recuperação da indústria brasileira frente à crise iniciada em 2015, seguida por pandemia, e que alcançou, na terceira década do milênio, a situação limite entre desenvolvimento produtivo ou retrocesso em direção ao domínio do setor agrário-exportador.

Este documento lança luzes sobre o ano de 2024, sem perder o contexto amplo que formou as condições para os atuais resultados. Para tanto, está dividido em seis partes. Na segunda seção, discute-se os ganhos da produção no ano de 2024, centrando o foco sobre a fabricação de bens de capital e bens de consumo duráveis. Na terceira, analisa-se o comportamento do crédito, visando entender como foram financiados, recentemente, o consumo e o investimento. Na quarta seção, o dispêndio nacional, como um todo, será o foco da atenção. Na penúltima seção, discute-se o comportamento do comércio exterior do Brasil. Por fim, os comentários finais completam discussão propondo observar temas relevantes para futuro da economia.

2. A produção industrial

A indústria brasileira surpreendeu analistas, marcadamente do mercado financeiro, com o desempenho apresentado em 2024. O crescimento de 3,1% na produção consolidou uma mudança importante na volatilidade, pejada de resultados negativos, observada até 2022. O resultado do ano se torna mais interessante quando se observa que a indústria de transformação, o setor chave do desenvolvimento econômico, cresceu 3,7%, revertendo os resultados ruins dos últimos anos.

Sob a lente de aumento, observa-se que setores com grande poder de arrasto e cadeias produtivas longas foram os responsáveis pelo crescimento da indústria. Por exemplo, a 'fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos' elevou sua produção em 14,7% em 2024, recuperando parte dos resultados negativos vividos desde 2019. Também 'Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos' cresceu elevados 12,2% em 2024, quebrando uma longa sequência de maus resultados.

TMMesmo o resultado de 3,9%, em 2021, não é comparável, em importância, à 2024, pois trata-se de comparação realizada sobre uma base bastante deprimida, herdada do 2020.

Gráfico 1

Produção física industrial por seções e atividades industriais

(variação percentual acumulada nos 12 meses de 2024)



Fonte: IBGE. PIM-PF. Ver: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pim-pf-brasil/tabelas>

Em resumo, o conjunto do desempenho da indústria brasileira em 2024 aponta para mudanças importantes na trajetória das atividades e, mais importante, possível reversão da tendência de estagnação do setor que já dura quase uma década.

2.1 O setor de bens de capital

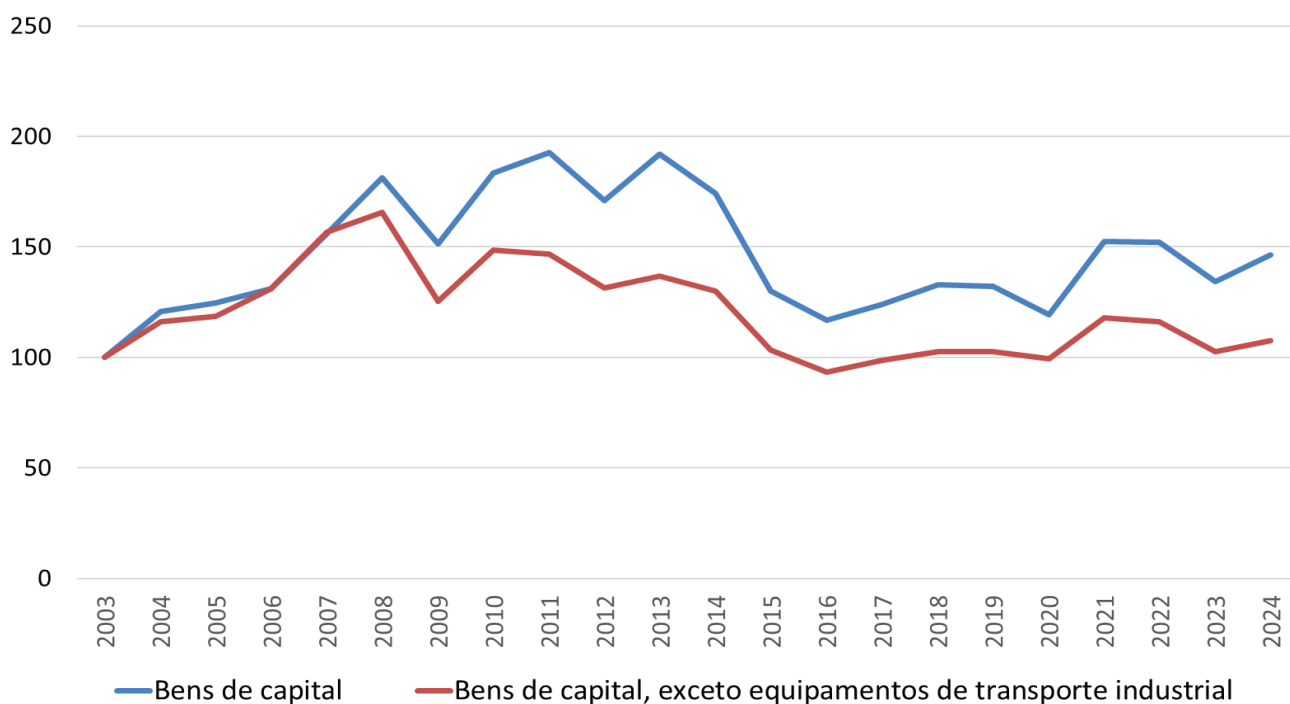
A produção da indústria de bens de capital é um dos indicadores mais aguardados para a formação de expectativas sobre o comportamento do PIB, da renda e dos empregos futuros. No caso do ano de 2024, os números permitem otimismo contido em relação ao desempenho da economia brasileira para 2025. Por exemplo, no ano passado, a indústria de bens de capital cresceu 9,1%, recuperando-se um pouco mais do grande tombo sofrido com a recessão de 2015 e 2016. O resultado parece responder às mudanças de política econômica implementadas pelo Governo Federal que colocou a política industrial novamente entre suas prioridades, após mais de sete anos de domínio do pensamento neoliberal junto às autoridades econômicas.

Entre os subsetores da indústria de bens de capital, o destaque foi a 'Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral' que cresceu 18,5% em 2024, após um resultado positivo, em 2023, de 1,3%. Ou seja, o subsetor de bens de capital com maior disseminação entre atividades econômicas, não apenas reverteu a queda vivida durante a pandemia,

como cresceu aceleradamente no ano passado, emitindo perspectiva positiva sobre o investimento e prováveis impactos favoráveis sobre a renda e o emprego. Outro subsetor que merece destaque é a ‘Fabricação de caminhões e ônibus’, cuja recuperação, após a 2016, fez-se com grandes oscilações, mas, em 2024, ao crescer 48,6%, alcançou a terceira maior produção desde 2003.

Gráfico 2 Produção física de bens de capital, 2003-2024

(índice 2003 = 100)



Fonte: IBGE. PIM-PF. Ver. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pim-pf-brasil/tabelas>.

Os números negativos de alguns subsetores, porém, exigem cautela. A ‘Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão’ mostrou 46,0% de queda acumulada da produção entre 2012 e 2024. Também o subsetor de ‘Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico’ merece atenção. Trata-se de produção que inclui a categoria “bens de capital sob encomenda”, isto é, equipamentos desenhados para fins específicos que consomem muita engenharia, são demandados por grandes e médias empresas e possuem alto valor adicionado. Neste subsetor, embora o resultado tenha sido positivo em 2024 (crescimento de 2,4% na produção), o volume acumulado de queda desde 2020 (-22,0%) coloca a produção em patamar semelhante a 2012.

A maior preocupação, todavia, recai sobre o subsetor ‘Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária’ que reduziu sua produção em 13,4%, entre 2012 e 2024. O caso merece destaque porque o setor agrário brasileiro cresceu a olhos vistos nos anos assinalados e, portanto, aumentou significativamente seu consumo dos equipamentos produzidos pelo subsetor. Ou seja, a demanda nacional está, cada vez mais, sendo saciada pela importação dessas máquinas agrícolas com prejuízo para a economia nacional.

É visível, portanto, que a indústria de bens de capital não apresentou desempenho homogêneo entre seus subsetores nos últimos anos. Por outro lado, o desempenho geral, puxado por subsetores de grande disseminação e/ou estratégicos, mostrou-se suficiente para reverter a perigosa tendência inaugurada com a crise de 2015. De outro modo, o ano de 2024 inaugurou o que parece ser a nova tendência: o crescimento da produção.

É preciso, no entanto, estar atento a dois fatos relevantes:

1. A produção atual não alcança o melhor momento da indústria de bens de capital alcançado em 2011, quando o Brasil, recuperado da crise internacional de 2009, expandia seu PIB a taxas elevadas;
2. o setor ainda é vítima de oscilações intensas, causadas por crises, cuja origem nem sempre estão localizadas no Brasil.

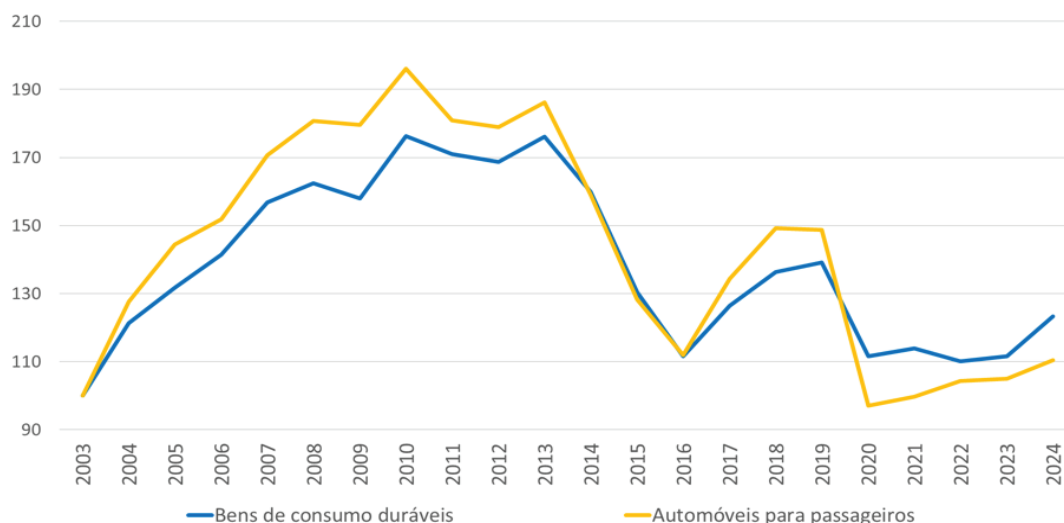
2.2 O setor de bens de consumo duráveis

O setor de bens de consumo duráveis segue muito de perto os movimentos do PIB brasileiro. Desde o crescimento vigoroso na primeira década do milênio, passando pela recessão de 2015 e 2016, a crise pandêmica e, a partir de 2023, a resposta positiva às mudanças de política econômica levadas a cabo pelo Governo Federal. Por exemplo, o setor voltou a crescer 1,3%, em 2023, e chegou a expandir a produção em 10,6%, em 2024. Esses movimentos são importantes em função da extensão de suas cadeias produtivas, da qualidade dos empregos que gera e do valor que adiciona ao PIB. Trata-se, em outras palavras, de um setor com elevado poder de arrasto e, portanto, estratégico para o desenvolvimento econômico nacional.

Se observados os subsetores, a 'Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico' mostrou grande expansão nos dois últimos anos: 6,9%, em 2023, e 18,6%, em 2024. Destaque dos bens de consumo duráveis, esse subsetor poderá ser o primeiro ramo industrial a alcançar o mesmo patamar do melhor momento da indústria de transformação brasileira, em 2011. A 'Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários' também voltou a crescer, mantendo tendência que se observa desde 2021. O que chama a atenção nesses números do ramo é a reaceleração da produção em 2024 (7,1%), pois significa uma forte aceleração na produção que, até então, mostrava tendência inversa (5,3%, em 2021; 2,8%, em 2022; e 0,6%, em 2023).

Gráfico 3 Produção física de bens de consumo duráveis, 2003–2024

(índice 2003 = 100)



Fonte: IBGE. PIM-PF. Ver: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pim-pf-brasil/tabelas>

Constata-se, então, que os diferentes subsetores da indústria de bens de consumo duráveis, exceto por 'Fabricação de artefatos para pesca e esporte' (que reduziu sua produção em 13,9% em 2024) e 'Fabricação de brinquedos e jogos recreativos' (que viu sua produção encolher 10,6% no ano passado), o movimento generalizado foi de recuperação e crescimento em 2024, algumas vezes iniciado já em 2023, como foi o caso, entre outros, da 'Fabricação de colchões' e da 'Fabricação de móveis'³.

O cenário, em 2024, para a indústria de bens de consumo duráveis permite, tal como na indústria de bens de capital, um otimismo contido em função do crescimento da maioria dos seus ramos e atividades industriais. Trata-se, como no outro caso, de uma virada positiva ocorrida desde a implantação da Nova Indústria Brasil (NIB), a política industrial do Governo Federal que visa a reindustrializar a economia brasileira nos próximos anos. Os sinais aparecem na multiplicidade das variáveis relevantes, como por exemplo:

- a) a maioria das atividades e ramos, em 2024, viu o crescimento de sua produção passar finalmente para o campo positivo;
- b) os bens de capital superaram o resultado negativo de 2023 e os bens de consumo duráveis confirmaram a tendência, apresentando o segundo resultado positivo anual consecutivo;
- c) as máquinas e equipamentos reagiram fortemente aos estímulos do Governo Federal, reunidos na NIB. Do mesmo modo, entre os bens de consumo duráveis, a partir de 2023, não foram apenas as montadoras de veículos que puxaram os resultados para novo patamar, mas, sim, a soma com outros bens, como eletrodomésticos e móveis;
- d) o cenário, porém, não é apenas de flores. O crescimento de 2024, em parte devolvido por alguns dos setores nos últimos meses do ano, mostra que o ambiente ainda é adverso à indústria nacional, principalmente por causa da taxa básica de juros na economia.

³ Outros setores onde houve queda na produção industrial anual foram 'Fabricação de produtos do fumo' (-0,9%), 'Impressão e reprodução de gravações' (-1,3%), 'Fabricação de produtos farmacêuticos e farmoquímicos' (-1,2%) e 'Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos' (-2,1%). Destaque-se que, de acordo com a PIA/IBGE 2022, esses setores respondem por aproximadamente 3% do valor bruto da produção industrial.

O otimismo dos números de crescimento acumulado da indústria em 2024 deve, porém, ser sopesado, pois a maioria dos ramos e atividades ainda não alcançou o melhor momento de sua produção ocorrida, quase sempre, entre 2011 e 2012. À vista disso, após quase 12 anos do maior resultado industrial brasileiro, é irrazoável aceitar, com pleno otimismo, uma fase que (ainda) significa a recuperação da produção fabril nacional.

2.3 Os movimentos de curto prazo da indústria

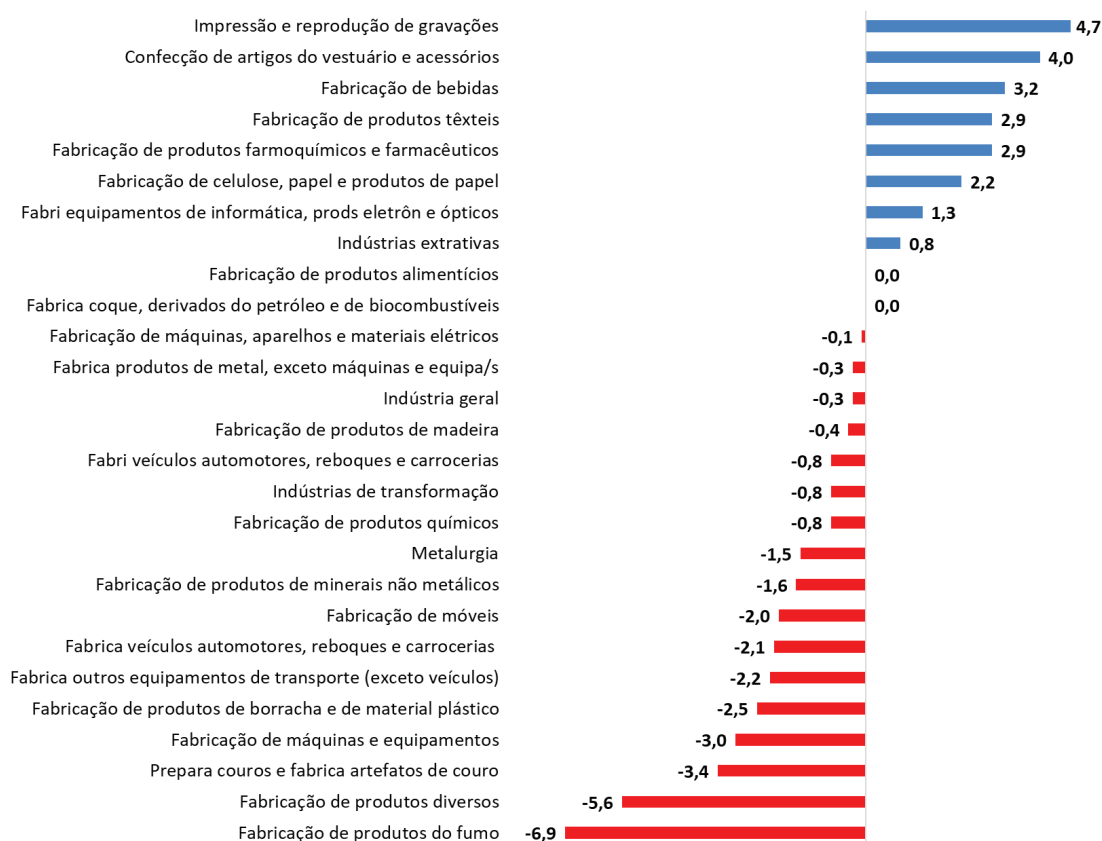
Os bons resultados acumulados ao longo de 12 meses, por vezes, não permitem observar variações que ocorrem ao longo do ano. O caso de 2024 é um exemplo. A produção física da indústria em dezembro do ano passado recuou 0,3% em relação ao mês de novembro, o que chamou a atenção, pois os meses de outubro e novembro também apresentaram quedas de -0,2% e -0,7% respectivamente. Ou seja, no último trimestre do ano houve queda na produção. Na indústria de transformação especificamente, a queda também não foi desprezível: 0% em outubro, -1,1% em novembro e -0,8% em dezembro.

Observando os subsetores da indústria de transformação, percebe-se que dos 24 setores pesquisados, 14 apresentaram queda em dezembro, com destaque para os setores de 'Metalurgia' (-1,5%), 'Fabricação de veículos' (-0,8%) e 'Fabricação de máquinas e equipamentos' (-3,0%). Por sua vez, os setores mais direcionados ao varejo e de produção contínua apresentaram crescimento em dezembro, como por exemplo o setor de 'Fabricação de bebidas' (3,2%), 'Fabricação de produtos têxteis' (2,9%), 'Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos' (2,9%), 'Confecção de artigos do vestuário e acessórios' (4,0%) e outros. Outros setores relevantes ainda para a transformação industrial, como 'Fabricação de produtos alimentícios' e 'Derivados de petróleo e biocombustíveis', por sua vez, não apresentaram variações.

Gráfico 4

Produção física industrial por seções e atividades industriais

(variação percentual mês/mês imediatamente anterior com ajuste sazonal)



Fonte: IBGE. PIM-PF. Ver: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pim-pf-brasil/tabelas>

Cabe lembrar, no entanto, que dezembro é, geralmente, um mês de baixa atividade industrial, marcadamente em setores com grande peso na atividade industrial. As razões para isso são diversas: férias coletivas, paradas programadas, estoques elevados, etc. Nesse sentido, a série histórica sobre o nível de utilização da capacidade instalada, produzida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI)⁴, confirmam a sazonalidade da atividade com queda no uso das máquinas nos meses de novembro e dezembro. A retomada é gradual, a partir de janeiro, e tem seu pico entre agosto e setembro.

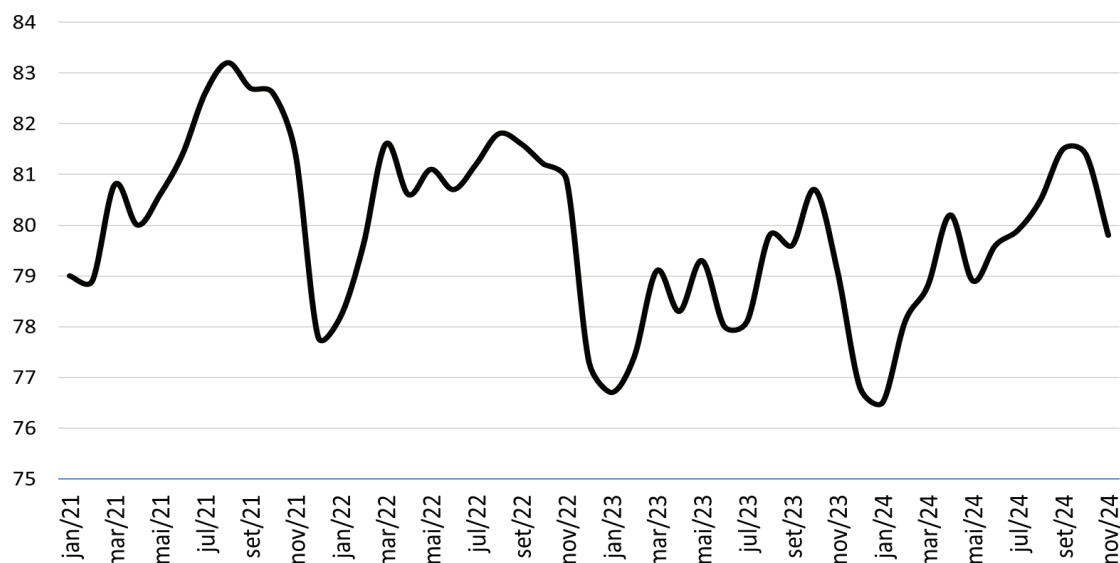
Desse modo, as variações negativas da produção no final do ano não deveriam preocupar, pois fazem parte do ciclo da atividade industrial. A precaução, todavia, é necessária, pois formou-se, no final de 2024, um ambiente conjuntural desfavorável à atividade produtiva que somou inflação em alta, juros elevados, pouca margem de manobra fiscal para o governo e ambiente externo desfavorável. No exterior, por exemplo, o movimento recente de realocação de plantas industriais feito pelos países centrais, a redefinição dos modelos de comércio com altos níveis de proteção contra produtos importados e as mudanças climáticas são alguns dos desafios que tocam diretamente a indústria brasileira.

⁴ CNI. Indicadores Industriais. Série histórica: <https://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/indicadores-industriais/>

Gráfico 5

Nível de utilização da capacidade instalada na indústria de transformação, 2021-2024

(variação percentual mês/mês imediatamente anterior com ajuste sazonal)



Fonte: CNI. Indicadores industriais. Ver.

<https://indicadores.sistemaindustria.com.br/indicadores/externo/listaResultados.faces?cp=804870>

Os indicadores de emprego industrial coletados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI)⁵, mostram que cinco subsetores — ‘Produtos farmoquímicos e farmacêuticos’, ‘Máquinas, aparelhos e materiais elétricos’, ‘Químicos’, ‘Bebidas’ e ‘Produtos alimentícios’ — apresentaram as maiores altas no emprego entre os 21 subsetores da indústria de transformação (CNAE 2 dígitos). Entre eles estão atividades que incluem fabricação de bens de capital, bens intermediários e bens de consumo duráveis, indicando que o aumento do número de postos de trabalho industriais está disseminado pelos diferentes componentes da indústria de transformação. Não deve surpreender que são quase os mesmos setores que se destacaram no aumento da produção em 2024.

Nesse sentido, a massa salarial voltou a crescer no pós-pandemia, principalmente entre os fabricantes de ‘Produtos alimentícios’, ‘Bebidas’ e ‘Máquinas, aparelhos e materiais elétricos’, provavelmente em função do aumento do número de empregados. A diferença está na inclusão de outros dois subsetores que mostraram elevação da massa salarial, mas, dessa vez, em função dos empregos qualificados que gerou: ‘Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis’ e ‘Produtos de madeira’.

O olhar sobre o rendimento médio real do trabalho, por sua vez, aponta que a recuperação parcial do valor pago aos trabalhadores se assentou quase nos mesmos subsetores que mais elevaram os empregos em 2024. A única exceção é a entrada de ‘Celulose, papel e produtos de papel’ no grupo de destaque para os rendimentos do trabalhador.

⁵ A CNI é importante fonte de informações quantitativas relativas à indústria brasileira. Para maiores informações ver: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/estatisticas/>

Se observados os Indicadores Industriais coletados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), descobre-se que cinco subsetores – ‘Produtos farmoquímicos e farmacêuticos’, ‘Máquinas, aparelhos e materiais elétricos’, ‘Químicos’, ‘Bebidas’ e ‘Produtos alimentícios’ – apresentaram as maiores altas no emprego entre os 24 subsetores da indústria de transformação (CNAE 2 dígitos). Entre eles estão atividades que incluem fabricação de bens de capital, bens intermediários e bens de consumo duráveis, indicando que o aumento do número de postos de trabalho industriais está disseminado pelos diferentes componentes da indústria de transformação. Não deve, então, surpreender que esses subsetores são quase os mesmos que se destacaram no aumento da produção em 2024.

Nesse sentido, a massa salarial voltou a crescer no pós-pandemia, principalmente entre os fabricantes de ‘Produtos alimentícios’, ‘Bebidas’ e ‘Máquinas, aparelhos e materiais elétricos’, provavelmente em função do aumento do número de empregados. A diferença está na inclusão de outros dois subsetores que mostraram elevação da massa salarial, mas, dessa vez, em função dos empregos qualificados que gerou: ‘Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis’ e ‘Produtos de madeira’. Isso se reflete no excelente resultado dos anos 2023 e 2024. Nesse período, a massa salarial de subsetores como químico, realizou um crescimento de 11,67%; o seguimento de impressão e reproduções de gravações chegou a 10,9%; os produtos têxteis aumentaram 9,7%; bebidas, 7,7%, e máquinas e equipamentos cresceu a massa salarial em 7,29%.

O olhar sobre o rendimento médio real do trabalho, por sua vez, aponta que a recuperação parcial do valor pago aos trabalhadores se assentou quase nos mesmos subsetores que mais elevaram os empregos em 2024. A única exceção é a entrada de ‘Celulose, papel e produtos de papel’ no grupo de destaque para os rendimentos do trabalhador. De modo mais detalhado, entre 2019 e 2024, a exceção do setor de máquinas e equipamentos, todos os setores apresentaram média anual positiva de crescimento do rendimento médio do trabalhador, com destaque para o seguimento de impressão e reproduções de gravações (11,36%), seguido pelo setor de produtos farmacêuticos e farmoquímicos (7,04%). Já na indústria de transformação como um todo, não se observou variação significativa no rendimento médio real dos trabalhadores (-0,16%).

3. O crédito

A boa performance da indústria brasileira em 2024 não pode ser vista como um fenômeno isolado. Ao aumento da produção corresponde importante elevação do crédito desembolsado por instituições públicas e privadas para financiar consumo e investimento. Sem estabelecer relações de causa e efeito, a observação das variáveis permite destacar significativa correlação entre expansão do ‘Crédito total’ como porcentagem do PIB, já em meados de 23, e as taxas de recuperação da produção industrial nacional. Mais ainda, as taxas crescentes de empréstimos, em 2024, funcionaram como alavancas do dispêndio interno bruto.

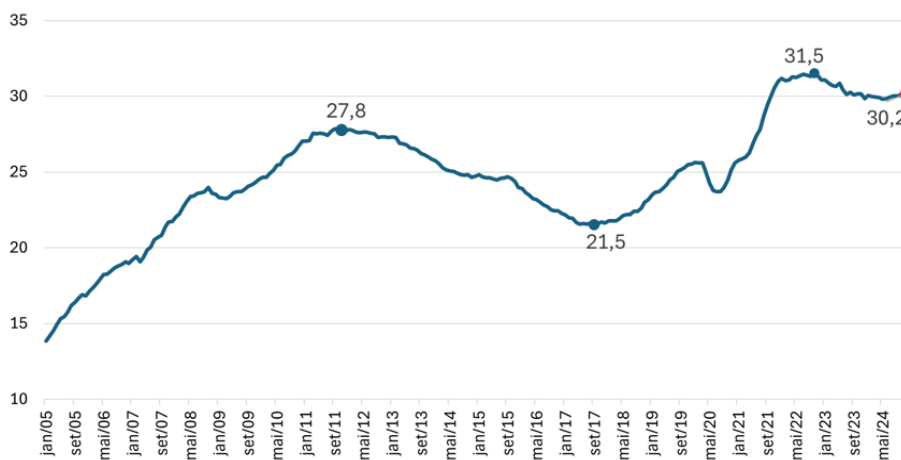
O DEPEC-Bradesco⁶, por exemplo, é descritivo sobre esse crescimento dos financiamentos no país. Por exemplo, observa-se nos números publicados que o volume de 'Crédito total **direcionado**' sofreu forte instabilidade desde 2015 até o final do governo Jair Bolsonaro. É apenas a partir do governo de Lula da Silva que os desembolsos de crédito com recursos direcionados alcançam uma taxa estável de crescimento, sendo as instituições públicas as grandes responsáveis por gerir esses valores. A observação do comportamento do volume de créditos com recursos livres e direcionados mostra, *verbi gratia*, que o aumento do crédito para pessoa jurídica cresceu rapidamente a partir de 2023, a ponto de compensar o declínio dos créditos com recursos livres. É o caso típico do acelerado desembolso realizado pelo BNDES em direção às empresas e a marcante dependência da indústria desses recursos.

No mesmo sentido, ainda utilizando informações disponibilizadas pelo DEPEC-Bradesco, nota-se que os novos créditos e a recuperação do crescimento econômico a partir de 2023 conduziu a queda vigorosa da inadimplência entre as pessoas jurídicas do país, marcadamente quanto ao dinheiro tomado através de linhas de crédito sustentadas em recursos livres.

O problema que salta aos olhos, quando se observa as estatísticas bancárias, é a situação das pequenas e médias empresas (PMEs). Os números informam que as PMEs vivem, desde a pandemia crescente inadimplência, apesar de a curva histórica sugerir, nos últimos meses do ano, uma inflexão favorável. Sendo essas empresas as grandes empregadoras nacionais, o crescimento de sua inadimplência e provável endividamento tornam-se especialmente preocupantes para o ano de 2025. Por outro lado, as empresas de grande se adequaram à crise causada pela pandemia de COVID-19 e, hoje, voltaram ao padrão normal de nível de inadimplência.

Gráfico 6 Endividamento das famílias com o SFN* em relação à renda acumulada dos últimos 12 meses

(em percentual)



Fonte: Banco Central do Brasil. Séries temporais: Estatísticas de Crédito. Ver: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

⁶ O Departamento de Pesquisa Econômica (DEPEC) do Bradesco constitui-se em respeitado centro de análise de curto prazo e importante instituição de disponibilização de dados sobre crédito no Brasil.

4. O comportamento do dispêndio

4.1. O consumo

O aumento da produção industrial e do financiamento refletiram-se, como esperado, no consumo das famílias. Depois da crise de 2015 e 2016, as vendas no varejo começaram a recuperar-se em 2018, quando observado o crescimento acumulado em 12 meses. Havia, no entanto, a pandemia e significativas oscilações, acima da habitual sazonalidade. Recentemente, todavia, o comércio, em 2023, recuperou o volume de vendas e, refletindo o crescimento da economia, em 2024, manteve a tendência positiva de expansão.

Deve ser destacado, porém, que as taxas anuais de crescimento foram inferiores àquelas vividas nos melhores anos, antes da desaceleração econômica e do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Tanto assim que o volume de vendas no comércio ampliado, só em 2024 alcançou volume de vendas igual a 2013, retomando o patamar 50% superior a 2004.

É útil esclarecer a trajetória desses valores. A crise de 2015 e 2016 derrubou as vendas reais do varejo em 16,6%, gerando perdas consideráveis à dinâmica econômica do país. O mais preocupante, entretanto, foram os anos seguintes, quando pouco ou nada se fez para reverter a situação de profunda crise, exceto com políticas de elevação de gastos tributários e reformas com intuito de reduzir os custos empresariais. A reação econômica àquelas ações mostrou-se insuficiente por anos e as vendas reais no varejo ampliado oscilaram entre zero e menos de 5% de crescimento ao ano até 2022. Um resultado ruim frente a deprimida base de 2016.

Por isso os resultados de 2023 e 2024 merecem otimismo, embora, contido. Pela primeira vez, em uma década, as vendas reais do comércio varejista ampliado cresceram por dois anos consecutivos sobre uma base que já não estava economicamente estagnada.

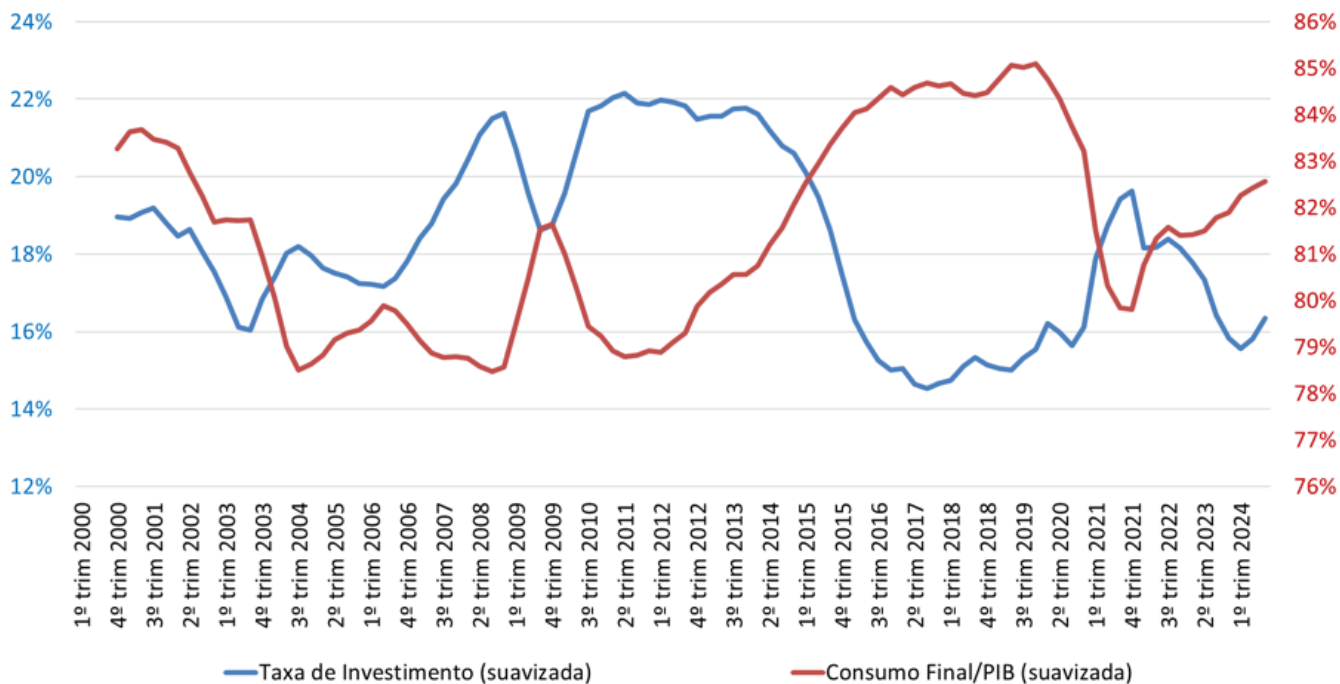
4.2. Os investimentos

A mais importante e volátil variável macroeconômica, o investimento, mostrou comportamento similar às vendas no comércio varejista ampliado. Após desacelerar nos anos de 2015 e 2016, a taxa de investimento se estabilizou em torno de 14,2%, em média, para elevar-se um pouco nos anos seguintes e voltar a cair entre 2021 e 2023. O ano de 2024, como no caso de outras variáveis econômicas já listadas, marca a reversão da tendência e a recuperação da formação bruta de capital fixo sobre o PIB no país. Os três primeiros trimestres do ano passado apresentaram aceleração da taxa de investimento, passando de 17,5% no primeiro trimestre para 18,1% no terceiro. É a maior taxa desde o início de 2023 e superior a todo período entre 2015 e 2019. A boa notícia veio, sem coincidência, no ano de implantação da Nova Indústria Brasil (NIB), a política industrial do Governo Federal.⁷

⁷ O crédito rural para pessoa física cresceu em grandes volumes durante a pandemia e seguiu tendência de expansão até os dias de hoje.

Gráfico 7 Taxa de investimento e consumo sobre PIB

(em percentual)



Fonte: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. Ver: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cnt/tabelas>

Em termos de financiamento, por exemplo, a NIB desembolsou aproximadamente R\$ 200 bilhões entre janeiro e dezembro do ano passado, com o objetivo de financiar pouco mais de R\$ 500 bilhões até 2026. Nos recursos já desembolsados, chama a atenção o volume destinado à produtividade (R\$ 118,9 bilhões) e à inovação (R\$ 31,4 bilhões), isto é, 76% do financiamento para investimento feito através da NIB voltou-se, em 2024, para recuperação e desenvolvimento tecnológico do parque produtivo brasileiro.

Outro dado que eleva a confiança na recuperação da economia e da indústria é reversão do índice de difusão do investimento. Apurado pelo DEPEC/Bradesco, o indicador mostra, pela primeira vez em 12 anos, o fim de um longo ciclo negativo e o crescimento do número de setores que realizam investimento na economia brasileira. De outro modo, diferente de anos atrás, o investimento está sendo realizado em um número cada vez maior de setores, implicando em modernização e elevação de produtividade de maneira disseminada na economia. O número, embora abaixo de 60%, valor dos anos de maior crescimento econômico, os dados entre 2023 e 2024 melhoraram ininterruptamente e começam a aproximar-se, depois de mais de 10 anos, do valor de referência.

Cabe, por fim, salientar que: a) os anúncios de investimentos publicados por empresas industriais de médio e grande porte cresceram significativamente em 2023 e 2024; e b) apesar disso, os anúncios se concentram nas empresas prestadoras de serviços em uma proporção de quatro anúncios para cada um da indústria.

5. O comércio exterior

A indústria transformação aumentou suas exportações, em dólares, em 2021 e 2022, passando de US\$ 114,1 bilhões em 2020, para US\$ 144,1 bilhões, em 2021, e US\$ 181,4 bilhões em 2022. De lá para cá os valores se estabilizaram e as exportações brasileiras alcançaram R\$ 181,9 bilhões em 2024, com pequena oscilação em 2023. Já as importações de bens produzidos na indústria de transformação estrangeira seguiram caminho semelhante, mas em patamar mais elevado, crescendo em 2021 e em 2022: era US\$ 146,7 bilhões, em 2020; passou para US\$ 197,4, em 2021; e chegou a US\$ 242,5 bilhões, em 2022, com oscilação em 2023. Em 2024, importou R\$ 238,7 bilhões. O resultado torna as cifras anteriores preocupantes, pois, exceto pelo momento mais grave da pandemia, a indústria de transformação mostra saldo negativo crescente em dólares. Por exemplo, em 2016, quando a crise econômica rebaixou as expectativas das indústrias e a renda nacional, o saldo comercial do setor ficou em US\$ -5.6 bilhões. Em 2022, o saldo chegou a US\$ 61,1 bilhões negativos, e, em 2024, o déficit foi um pouco menor (US\$ - 56,9 bilhões).

Por si, esses resultados indicariam a necessidade de o país retomar o caminho da reindustrialização, pois segundo duas renomadas teses sobre o desenvolvimento econômico, não é possível uma nação dependente da exportação de bens primários – para conseguir divisas – alcançar taxas elevadas de crescimento da renda e/ou desenvolver-se.⁸

A questão fica ainda mais clara quando se observam os coeficientes de penetração das importações. A observação do indicador para quase todos os ramos industriais mostra o quanto mudou, no Brasil, o percentual de absorção de importados sobre a absorção total de bens industrializados. Por exemplo, em 2005, a coeficiente de penetração das importações para a indústria de transformação era de 14,1%. Em 2015, o índice estava em 20,9%. Já em 2023, atingiu a cifra de 23,1%. Isto é, uma clara tendência de crescimento da participação das importações industriais na absorção nacional. Levando-se em conta os problemas de perda de participação da indústria de transformação no PIB nacional nas últimas décadas, as especulações sobre a correlação entre os fenômenos é quase um consenso entre economistas.

Se alguns setores forem destacados, a surpresa é ainda maior. Nos farmoquímicos, por exemplo, o coeficiente passou de 13,1% em 1996, para 34,6% em 2017 e atingiu 43,1% em 2024. Ou seja, os importados que representavam pouco mais de 10% da absorção nacional, estão se aproximando de metade de tudo que se usa no país

Dentro da série apresentada pela CNI, o mais preocupante é que não se observam inflexões significativas capazes de indicar mudança de tendência. Isto é, aparentemente, conforme a economia brasileira acelerar seu crescimento, é provável que as importações aumentem sua participação na absorção interna de bens industriais⁹.

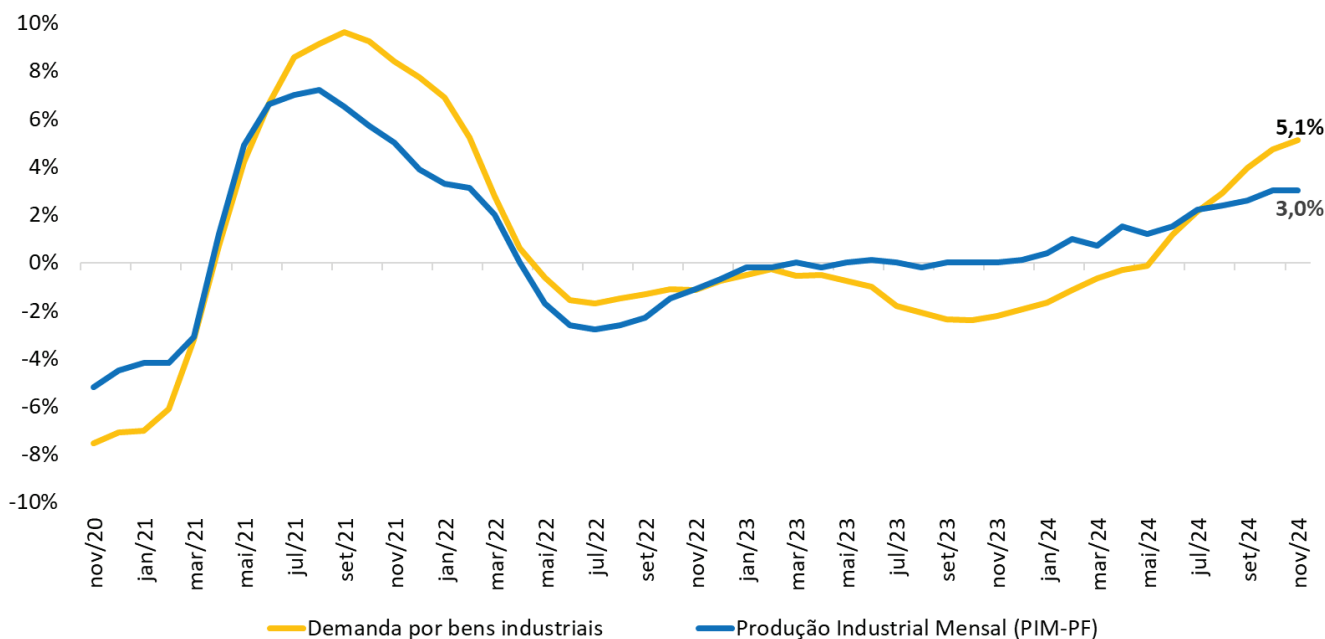
⁸ Ver THIRLWALL, Anthony. *A Natureza do Crescimento Econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações*. Brasília: IPEA, 2005; e HAUSMANN, Ricardo e HIDALGO, Cesar. *Atlas of Economic Complexity: mapping paths to prosperity* (https://growthlab.hks.harvard.edu/files/growthlab/files/atlas_2013_part1.pdf).

⁹ Uma das surpresas que a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) trouxe foi a o declínio da 'Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária' no país, justamente quando o setor agroexportador continua a se expandir e, portanto, demandando maior quantidade de máquinas e equipamentos. O aumento do consumo desses itens, quando a produção nacional cai, leva inevitavelmente a conclusão de que a demanda está sendo suprida através de importações industriais que o Brasil bem poderia atender.

Nesse sentido, o recente crescimento do volume de bens industriais consumidos pelas famílias, quando relacionado ao aumento da massa salarial disponível e à baixa taxa de desemprego em 2024, aponta-se para a origem importada de parte significativa desse consumo. O gráfico 5 confirma esse fenômeno.

Gráfico 8 Consumo aparente e produção industrial, 2020–2024

(variação percentual acumulada em 12 meses)



Fonte: IPEA. Carta de Conjuntura: indicador Ipea de consumo aparente de bens industriais. Ver: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2025/01/indicador-ipea-de-consumo-aparente-de-bens-industriais-novembro-de-2024/>.

6. Comentários finais

O Brasil parece mais uma vez estar no limiar para superar a trajetória de fragilização da indústria de transformação nacional. Contam-se dois anos de resultados positivos, com aceleração em 2024, que parecem resultar das mudanças realizadas na gestão econômica do país a partir de 2023. Por sua vez, os desafios que ameaçam a continuidade desse crescimento industrial parecem, novamente, ter origem externa ao setor e, como em crises anteriores, têm poder para paralisar os ganhos em futuro próximo.

Diante disso, torna-se necessário que o Governo Federal reafirme seu compromisso com a expansão, modernização, sustentabilidade e diversificação da indústria. Ainda mais, em cenário econômico internacional instável, juros básicos nas alturas e pequena margem governamental para realizar gastos, quando o setor privado naturalmente se retrai, a fim de evitar perdas econômicas e financeiras.

Ou seja, a repetição dos bons resultados em 2025 não está garantida e por boas razões, mas o ambiente é propício e ações adequadas e planejadas podem evitar maiores dificuldades ao criar condições para o crescimento da produção, do emprego e da renda nacionais.



Agência Brasileira de
Desenvolvimento Industrial

